

## 5. CONCLUSÃO

*“O hospital psiquiátrico perdeu o seu poder de enganar. Ele não é um bom lugar para se estar, enviar as nossas pessoas queridas, acometidas por crises ou transtornos mentais, ou mesmo para se trabalhar. Esta instituição mata. Sempre matou.”<sup>1</sup>*

Esta afirmação, feita pelo ex-presidente do Conselho Federal de Psicologia Marcus Vinícius de Oliveira, enfatiza a situação caótica das instituições asilares no Brasil ao longo dos anos e reforça o movimento atual da reforma psiquiátrica brasileira, que tem como período inicial, o momento de redemocratização que o país atravessou com o fim da ditadura<sup>2</sup>.

Infelizmente os episódios tristes ocorridos dentro das instituições psiquiátricas ainda estão longe de fazerem parte do passado. Quase cem anos após a primeira internação do escritor Lima Barreto, as histórias de violência e ameaças veladas ou explícitas dentro do hospício, continuam a existir, mesmo com a criação de portarias moralizadoras do Ministério da Saúde, que supõem vistorias e inspeções dos administradores do Sistema Único de Saúde.<sup>3</sup> A lei 10.216 que propõe redirecionar o modelo assistencial, anuncia a mudança no significado do termo reforma, na psiquiatria. Desde a sua fundação, quando foi dado ao médico Pinel a tarefa de *“humanizar e dar um sentido terapêutico aos hospitais gerais, onde os loucos encontravam-se recolhidos junto com outros marginalizados da sociedade”<sup>4</sup>*, que o termo reforma aparece atrelado a ciência psiquiátrica. O caráter reformador da psiquiatria esteve presente desde a sua própria criação e revela, assim, o modo como reforma e psiquiatria estão relacionadas e caminham lado a lado.

Há cerca de 150 anos atrás, período em que foi criado o Hospício de Pedro II na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a instituição asilar nascia com a preocupação de dar uma resposta ao problema da loucura e como assinala Tenório,

---

<sup>1</sup> Marcus Vinícius de OLIVEIRA: A instituição sinistra. In: *Caderno Jornal do Brasil Ecológico*. Rio de Janeiro, ano 1 n.º 2, 28 de abril de 2002. P.39.

<sup>2</sup> Fernando TENÓRIO: A reforma psiquiátrica brasileira. In: *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol.9 (1): 25-59, jan-abr. 2002. P. 28.

<sup>3</sup> Marcus Vinícius de OLIVEIRA: Op. Cit. 2002. P.39.

*“Desde então, este problema, que antes batia à porta de outras instituições sociais, passou a bater à porta da psiquiatria.”<sup>5</sup>*

Convém ressaltar que nas últimas décadas, quando iniciou-se o movimento antimanicomial, a noção de reforma adquiriu um significado diferente, tanto para os portadores de transtornos mentais, quanto para seus familiares. As sucessivas reformas empregadas na assistência psiquiátrica no Brasil estiveram, desde a fundação do Hospício de Pedro II no Rio de Janeiro em 1852, pautadas pelo internamento do louco. As tentativas de modificar o sistema psiquiátrico, desde o momento do surgimento da psiquiatria, buscaram a resposta na reclusão daqueles considerados doentes mentais e abriram caminho para as críticas sobre o modelo excludente das instituições manicomiais. O ponto central de discussão da reforma psiquiátrica e da lei 10.216, criada pelo deputado federal Paulo Delgado é evitar a internação como recurso terapêutico, devendo ser usada como uma medida eventualmente necessária.

A figura do louco, como Lima Barreto percebeu e indicou em seus escritos literários realizados nas duas primeiras décadas do século passado, está, portanto, condenada às páginas literárias e aos registros deixados não só pelo autor como também por outros escritores. Registros que expõem como o doente mental era antes relacionado com o degenerado, o irrecuperável, com a imagem do *desgraçado* e da *desgraça*, desabafo impresso no *Diário do hospício*. O asilo era o cenário onde as verdades médicas muitas vezes misturavam-se às crenças populares e ao despreparo dos próprios alienistas e enfermeiros e conduzia o indivíduo

*“(…) para o esquecimento do seu corpo, da sua dignidade de homem, da obliteração, senão apagamento, de todas as manifestações externas de sua alma, de sua vida.”<sup>6</sup>*

A declaração foi feita através do personagem *Vicente Mascarenhas* criado por Lima Barreto, no romance inacabado *Cemitério dos vivos* no qual o escritor

---

<sup>4</sup> Fernando TENÓRIO: Op. Cit. 2002. P. 26.

<sup>5</sup> IDEM. Ibidem. P. 55.

reúne a própria vivência no Hospício Nacional de Alienados com sua produção literária ficcional. Tanto na escrita memorialística quanto na ficcional, os registros deixados pelo romancista em relação ao hospício “denunciam a presença dos loucos, resgatam ao menos em parte a sua fala e sua experiência, evidenciam a sua resistência surda e constante (...)”<sup>7</sup>

É nesta perspectiva assinalada por Maria Clementina Pereira da Cunha, que o trabalho procurou inserir-se. A pesquisa buscou discutir uma das muitas possibilidades de discorrer sobre o tema da loucura e o caminho escolhido foi a experiência do escritor-paciente Lima Barreto que viveu na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1881 e 1922. O escritor viu de perto o horror do hospício e a tirania da reclusão, indignou-se, denunciou e sofreu com a humilhação, que deixa marcas profundas em quem guarda na memória a experiência de estar internado como louco no *Cemitério dos vivos*. Não podemos esquecer que, como homem do seu tempo, Lima admitia, em alguns momentos, as medidas científicas de uma época impregnada pelo cientificismo. A narrativa dos episódios acontecidos no Hospício Nacional de Alienados e registrados no *Diário do hospício*, o convívio doméstico com a loucura através do pai doente e a escrita sobre temas como racismo, hereditariedade e alcoolismo, desvelam a importância do testemunho do romancista, para os que se dispõem a estudar a doença mental.

O trabalho tentou percorrer os caminhos da loucura através do paciente-autor Afonso Henriques de Lima Barreto, desde a sua percepção sobre a alucinação da cidade do Rio de Janeiro diante das mudanças, que também tinham o intuito de normatizar hábitos e comportamentos, passando pelos questionamentos do romancista diante das afirmações da ciência, suas dúvidas em relação a eficiência do tratamento destinado aos considerados alienados e, até mesmo, a assimilação em determinados momentos de dogmas científicos, ante a atmosfera da época, de culto à ciência e, este percurso culmina com a experiência do escritor no ambiente do Hospício Nacional de Alienados. O roteiro desta nossa viagem começa, portanto, numa cidade eufórica, enlouquecida pelo ritmo do novo

---

<sup>6</sup> Afonso Henriques de LIMA BARRETO: *Diário do hospício; o cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração, 1993. P.157.

<sup>7</sup> Maria Clementina Pereira CUNHA: *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. P.16.

e atravessa até chegar a vida na *sombria cidade dos lunáticos*, expressão inventada pelo próprio Afonso Henriques. Não há dúvida que neste trajeto algumas questões merecem uma reflexão mais atenta e carecem de um estudo mais específico, pois, na esteira das análises sobre o tema da loucura, ainda há muitos caminhos a percorrer e muito a refletir. O trabalho aqui desenvolvido apresentou apenas uma das trilhas para que o problema seja melhor compreendido. O próprio Lima Barreto tinha interesse em escrever uma história das instituições asilares, contando, com pormenores, detalhes do dia-a-dia asilar no *Cemitério dos vivos*. A esperança é de que os registros sobre esse cotidiano de sofrimento sejam cada vez mais encontrados somente na escrita do passado.